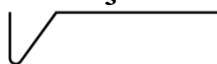


Neoconservadorismo, política e crise: ideias-força e estratégias de ação



Danilo José Dalio¹

Resumo

A ascensão do neoconservadorismo na cena política contemporânea representa um fenômeno pleno de significados cuja apreensão exige situá-lo em um contexto histórico mais extenso que se inicia com a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e a implantação, correlata, de um projeto global de mudanças econômicas, políticas e culturais, comumente denominado neoliberalismo. Trata-se de um amplo programa hegemônico, que busca preencher de maneira alternativa o vazio ideológico produzido pela crise das políticas keynesianas e, por isso, seus fundamentos mais sólidos remontam diretamente às teorias da crise do Estado capitalista, elaboradas mais sistematicamente naquele período. Consideramos, dessa forma, que o neoconservadorismo hodierno se caracteriza como um movimento intelectual e político cujas nuances só podem ser apreendidas em toda sua complexidade se retornarmos a suas origens recentes, apontando suas ideias-força, seus diagnósticos da realidade social e suas estratégias de ação.

Palavras-chave: neoconservadorismo; neoliberalismo, crise; Estado.

Abstract

The rise of neoconservatism in the contemporary political scene represents a phenomenon full of meanings whose apprehension requires placing it in a broader historical context that begins with the structural crisis of capitalism in the 1970s and the related implementation of a global project for changes economic political and cultural, commonly called neoliberalism. It is a new hegemonic project, which seeks to fill in an alternative way the ideological vacuum produced by the crisis of Keynesian policies and, therefore, its most solid foundations go directly back to the theories of the crisis of the capitalist state, elaborated more systematically in that period. We consider, therefore, that today's neoconservatism is characterized as an intellectual and political movement whose nuances can only be apprehended in all its complexity if we return to its recent origins, pointing out its strength-ideas, its diagnoses of social reality and its strategies of action.

Keywords: neoconservatism; neoliberalism; crisis; State.

¹ Membro do grupo de estudos em Teoria Social e Políticas Públicas (GETESPP-IFG). Docente na área de Ciências Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Anápolis. Doutor em História Econômica pela USP, Mestre em Ciência Política pela UNICAMP e Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP.

Introdução

As eleições presidenciais no Brasil em 2018 expressaram, de modo dramático, o alcance do processo de radicalização do eleitorado brasileiro, já perceptível em anos anteriores, pelo menos desde a onda de protestos de junho de 2013 que marcou indelévelmente a cena política no país (MARICATO, 2013)², revelando a tendência crescente de diferentes segmentos da sociedade brasileira a assumirem posições francamente conservadoras.

Embora o deslocamento das preferências à direita no espectro político durante aquelas eleições tenha tornado mais evidente certo fenômeno de “fasticização” em marcha (CRUZ, KAISEL e CODAS, 2015), não deve ele ser visto como um simples desvio de percurso. Não caracteriza, evidentemente, um fenômeno inédito na política brasileira, cuja história está repleta de períodos de predomínio conservador seguidos de outros de ascendência progressista, alternâncias estas tão comuns – como bem registra a historiografia brasileira – que mesmo a vitória de um candidato abertamente reacionário em amplas matérias não chega a surpreender (embora incomode) os olhares menos precavidos pela perspectiva histórica.

A ascensão do neoconservadorismo ao poder no Brasil (e em outras nações latino-americanas) representa, no entanto, um fenômeno pleno de significados, que vão muito além do mero deslocamento cíclico de um clima de opinião, cuja apreensão exige situá-lo em um contexto histórico mais amplo que se inicia com a crise estrutural do capitalismo na década de 1970 e a implantação, correlata, de um projeto global de mudanças econômicas, políticas e culturais, comumente denominado neoliberalismo³. Está respaldado teoricamente em concepções amplamente difundidas e repisadas sobre a crise persistente

² A título de esclarecimento, não considero as “Jornadas de Junho” um movimento conservador; tampouco exclusivamente progressista. Tratou-se, antes, de uma onda multifacetada e desconexa de mobilizações sociais e ações coletivas, que expressaram descontentamentos díspares de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Vale ressaltar ainda que certos impulsos de fermentação social já podiam ser observados bem antes de 2013, e em todo o mundo, como nos alerta HARVEY (2012).

³ O neoliberalismo e os princípios que lhe dão forma foram inicialmente forjados durante a realização do Colóquio Walter Lippman, em agosto de 1938, como reação à crise do liberalismo clássico, e sistematizados no decorrer dos encontros da Sociedade Mont-Pèlerin, criada em 1947. (DARDOT e LAVAL, 2016, Capítulo 2).

do Estado e dos regimes liberal-democráticos, e por um discurso político justificatório moralizante associado àquele projeto global.

O neoconservadorismo, tal como conhecido esse movimento intelectual e político, desenvolveu-se a partir da segunda metade dos anos de 1950⁴ nos países desenvolvidos e difundiu-se paulatinamente junto às reformas estruturais de liberalização e desregulamentação econômica que vêm, desde os anos 1980, experimentando as economias capitalistas centrais e periféricas. Vinculado oportunamente ao recente processo de financeirização do capitalismo mundial (DUMÉNIL e LÉVY, 2014), o neoconservadorismo pretende oferecer uma resposta totalizante à crise estrutural de reprodução do capital, sustentada em um discurso justificatório de uma sociabilidade hipermercantilizada (DARDOT e LAVAL, 2016; BROWN, 2019) comandada pelas finanças a nível global (CHESNAIS, 2005), eficaz em impor sua retórica, sua linguagem e seus temas aos intelectuais e aos grupos políticos dirigentes nos regimes democrático-liberais mundo afora.

O texto que se segue pretende apontar as ideias-força⁵ que estruturam o discurso e as práticas neoconservadoras, explorando seus diagnósticos da realidade social e as linhas de ação deles derivadas. Pressupomos, para tanto, que o neoconservadorismo busca apresentar-se como uma nova hegemonia, a preencher de maneira alternativa o vazio ideológico produzido pela crise keynesiana e, por isso, seus fundamentos ideológicos mais sólidos remontam diretamente às teorias da crise do Estado capitalista⁶, sistematizadas na década de 1970. A hipótese que orienta essa investigação é de que o neoconservadorismo contemporâneo pode ser apreendido em todas as suas nuances apenas se o integrarmos a um movimento mais amplo que tem suas origens na visão de mundo elaborada sobretudo nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970. Vale ressaltar que, apesar de suas raízes comuns, os movimentos políticos neoconservadores hodiernos apresentam particularidades características de suas imersões históricas, nacionais e culturais. Daí a

⁴ Ver o artigo de Álvaro Bianchi intitulado “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos” em Cruz, Kaisal e Cotas (2015).

⁵ Por ideias-força refiro-me às ideias, crenças e aos valores fundamentais que estruturam o discurso e orientam as práticas e estratégias de ação do movimento conservador contemporâneo.

⁶ Refiro-me aqui às *teorias do Estado sobrecarregado* que expressam, em grande medida, o ideário político da Nova Direita, e não às teorias da crise de legitimidade do Estado, à esquerda do espectro político. Com o objetivo de tornar sintético o texto, faço amplo uso das análises presentes em Held (2015) e, no que diz respeito ao contexto histórico, em Hobsbawm (1995).

necessidade de retornar às suas origens, ainda que recentes, para se compreender os fundamentos de suas formas contemporâneas.

Antes, porém, uma ressalva: esse amálgama entre o projeto global liberal anti-estatalista e o discurso justificatório de uma sociabilidade essencialmente individualizadora e moralizante não deve ser associado de modo absoluto nem ao liberalismo clássico revivificado tampouco às experiências nazifascistas dos anos de 1930. Tanto o neoliberalismo como neoconservadorismo, duas dimensões de um mesmo fenômeno, assumem formas matizadas coerentes com as novas exigências de recomposição do capitalismo global em um contexto de profusão de regimes democrático-liberais marcado, entretanto, pela regressão dos direitos sociais e valores republicanos.⁷

No que se segue, abordo em linhas gerais os traços sociais e políticos característicos do capitalismo pós-guerra e sua crise (1947-1973) e, na sequência, as ideias-força presentes no diagnóstico neoconservador sobre a crise sistêmica da sociabilidade burguesa e, concomitantemente, as linhas de ação políticas e culturais que instrumentalizam as respostas a suas constatações. Aponto, por fim, a circularidade ideológica em que se baseia o ideário neoconservador.

1. A obsolescência do Estado keynesiano e sua crise

O quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é considerado um período marcado por um consenso relativamente amplo, por uma expressiva confiança na autoridade legalmente constituída e pela legitimidade das instituições políticas no Ocidente. Os graves percalços gerados pelo conflito mundial estimularam expectativas alvissareiras sobre uma nova *era pós-guerra* caracterizada por mudanças progressivas na relação entre o Estado e a sociedade civil. À esquerda e à direita do espectro político, as esperanças depositadas nas principais instituições dos regimes democrático-liberais do Ocidente eram significativamente vastas, embora não fossem

⁷ É forçoso reconhecer, apesar dessa ressalva, que o pensamento liberal e o liberalismo, ou seja, “o movimento e as sociedades liberais em sua concretização” (p.12), apresentam uma verve conservadora inextricável em seus fundamentos abstratos e objetivos (LOSURDO, 2006). Minha ponderação, adotada metodologicamente e trabalhada historicamente na referida obra de Losurdo, segue também a perspectiva explorada minuciosamente na obra de Brown (2019), texto ao qual devo alguns dos *insights* desse artigo sobre a presença constitutiva das ideias conservadoras na ideologia neoliberal.

unânicos. A instável, porém, necessária articulação política entre a economia de livre mercado e uma sistemática regulação estatal marcaram os contornos assumidos pelo processo de recuperação das economias capitalistas durante o pós-guerra.

Os limites dessa nova forma política eram dados pelo compromisso com a reforma social e econômica, pela insuspeição do governo representativo e pelo desejo de estimular a busca individual dos próprios interesses, ao mesmo tempo em que se fomentavam as políticas de interesse nacional e público. Nesse cenário, o Estado se apresentava como o meio mais apropriado para a promoção do interesse individual e coletivo, assumindo plenamente os traços ideológicos próprios ao poder estatal moderno. Era praticamente consensual entre os partidos políticos burgueses que somente uma política de Estado atenta, que incorporasse interesses sociais e especialização técnica, imparcialidade política e habilidades administrativas, seria capaz de criar condições que promovessem o máximo bem-estar social.

Por quase trinta anos, o sistema capitalista apresentou resultados econômicos muito significativos que permitiram a alguns analistas designar esse período como os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”. Embora convivendo com crises cíclicas recorrentes (1949, 1953, 1958, 1961 e 1970), contornadas por medidas interventivas do Estado, a produção industrial dos países capitalistas desenvolvidos obteve crescimentos expressivos entre 1950 e 1970. Nos Estados Unidos, esse crescimento foi de 5,0% entre 1940 e 1966; No Japão, entre 1947 e 1966, foi de 9,6%; e nos seis países que então integravam a Comunidade Econômica Europeia, a produção industrial cresceu 8,9% no mesmo período (MANDEL, 1982, p. 99). Um outro registro importante a expressar o dinamismo econômico dos “anos dourados” diz respeito às taxas de crescimento do PIB das economias desenvolvidas: entre 1950 e 1973, esse crescimento foi em média de 4,9% a.a. Entre 1960 e 1968, o crescimento médio anual da economia norte-americana foi de 4,4%; do Japão, de 10,4%, da Alemanha Ocidental de 4,1%, da França de 5,4% e da Inglaterra de 3,8% (HARVEY, 1993, p. 126-128 Apud NETTO e BRAZ, 2006, p. 209).

Em meados dos anos de 1970, no entanto, as condições que permitiram o expressivo crescimento econômico durante essa fase do capitalismo – vale destacar: a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização taylorista-fordista da produção – e que ajudaram a financiar a concepção socialdemocrata ou

reformista da política de bem-estar social, se tornaram insustentáveis⁸. A política do chamado *Welfare State* passou a ser questionada à esquerda (por ter poupado privilegiados e poderosos) e à direita (por suas políticas excessivamente custosas e pelas ameaças à liberdade e iniciativa individuais). A aliança de classes que o apoiava⁹, visando manter a estabilidade política como base para o crescimento econômico, começou a ruir com consequências incontornáveis para a dinâmica e a natureza da democracia liberal, renunciando uma reconfiguração na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Enquanto a fase que precedeu a crise de meados de 1970 ofereceu as condições objetivas para o desenvolvimento de análises otimistas que expressavam certo consenso social dos anos pós-guerra (as teses sobre o “fim das ideologias” ou sobre a “sociedade unidimensional”), o período crítico deu ensejo a abordagens que se ocuparam da erosão desse consenso e da crescente crise da democracia liberal do final dos anos 1960 (as teorias do Estado sobrecarregado e da crise de legitimidade).

Na sequência ocupar-me-ei, exclusivamente e de forma sintética, a fim de analisar um dos diagnósticos centrais que caracterizam o pensamento neoconservador (a saber: a constatação da existência de uma profunda crise política que se expressa na crescente (e permanente) instabilidade dos regimes democrático-liberais e de setores governantes), das teorias do Estado sobrecarregado (HELD, 2015, p. 267-310), sobejamente apropriadas pelo movimento intelectual e político neoconservador, que serviram de base ao modelo de democracia proposto pela chamada Nova Direita.

No plano teórico, as leituras que fundamentaram o *Welfare State*, como os preceitos da economia política keynesiana, a sociologia funcionalista do pós-guerra (a enfatizar a modernização, mobilidade e integração social) e a teoria democrático-pluralista (a destacar

⁸ Entre 1968 e 1973, a taxa de lucro nas economias capitalistas desenvolvidas começa a declinar: na Alemanha Ocidental, de 16,3% para 14,2%, na Grã-Bretanha de 11,9% para 11,2%, na Itália de 14,2% para 12,1%, nos Estados Unidos de 18,2% para 17,1% e no Japão de 26,2% para 20,3% (NETTO e BRAZ, 2012, p. 225). Em resposta ao advento da crise, os Estados Unidos decidem unilateralmente recusar a conversibilidade do dólar em ouro, rompendo os acordos de Bretton Woods. Também nesse período, o *choque do petróleo*, com alta dos preços determinados pela OPEP, contribui para o colapso do regime de acumulação de capital constituído no pós-guerra.

⁹ A dedicação do Estado burguês a serviço do capitalismo monopolista, com o objetivo de legitimar-se, é notória nas suas políticas de reconhecimento dos direitos sociais, ao lado dos direitos civis e políticos. Como resultado da pressão dos trabalhadores, as políticas sociais se consolidaram e ampliaram nesse período, sob a configuração de um conjunto de instituições que desembocaram em diferentes modelos de *Welfare State*. A articulação entre dinamismo econômico e garantia de significativos direitos sociais se deu, sob o capitalismo monopolista, em sociedade nas quais vigiam instituições políticas democráticas, marcadas por uma ativa atuação sindical e pela presença de partidos políticos de massas.

a necessidade de participação política e a competitividade entre grupos de interesse como forma de orientar a ação dos governos, capazes de responder satisfatoriamente às demandas de cidadãos imbuídos de uma “cultura cívica”, participatória e igualitária) foram ofuscadas pela projeção pública de concepções que ressaltavam a insustentabilidade da política de bem-estar social e a disfuncionalidade sistêmica da democracia liberal capitalista¹⁰. De forma condensada, vamos a elas.

Conforme destacou David Held, ainda que os teóricos do Estado sobrecarregado diferenciem-se, quanto às análises e conclusões, do pensamento liberal democrático-pluralista, compartilham com estes os seguintes pressupostos: a) nas democracias liberais, o poder político é compartilhado e negociado por numerosos grupos representando interesses diversos e contrapostos, gerando assim resultados políticos advindos de múltiplos processos e pressões, vale dizer, distintas demandas às quais o Estado tenta mediar e decidir; b) a combinação entre políticas econômicas keynesianas e a sociedade de livre mercado gerou um crescimento substancial da riqueza e da renda, o que promoveu uma prosperidade significativa nos anos pós-guerra, assentada no consumo de massa. Dessas duas condições gerais, derivam os prognósticos que se seguem:

1) aumento das expectativas como resultado da elevação dos padrões de vida proporcionada, entre outros fatores, pela expansão da renda e do bem-estar social e pela escolarização de nível básico e superior;

2) diminuição da “deferência” ou respeito à autoridade e ao status, enquanto efeito da universalização das políticas sociais gratuitas (assistência social, educação e saúde), o que também desestimula a iniciativa e a responsabilidade privadas, além da difusão de ideologias igualitárias e meritocráticas que prometem mais do que de fato podem oferecer;

3) intensificação, nesse contexto, das pressões sociais aos políticos e aos governos para que satisfaçam interesses e ambições corporativas (aumentos salariais, manutenção dos empregos em setores industriais decadentes, juros bancários elevados, juros baixos a prestatários domésticos, preços baixos a consumidores e preços mais altos para certas organizações empresariais);

¹⁰ HELD (2015, p. 276) elenca alguns expoentes dessa corrente teórica, tais como Samuel Brittan, William Dawbney Nordhaus, Richard Rose, Guy Peters, Anthony King e Samuel Huntington, cujas publicações nos anos 1970, embora amplamente compartilhadas pela Nova Direita, não nos permite associá-los diretamente como defensores daquele movimento político e intelectual, com exceção de Samuel Huntington.

4) maximização de votos por parte dos políticos os quais frequentemente exageram em suas promessas, comprometendo-se inclusive com demandas contraditórias, impossíveis de serem atendidas, práticas estas intensificadas pela concorrência interpartidária, levando a uma espiral crescente de promessas;

5) convergência das expectativas em relação aos partidos políticos, que são vistos como meios concorrentes para um mesmo fim, ou seja, melhorar os padrões de vida;

6) predomínio da adoção de políticas de apaziguamento por parte dos partidos quando no governo, temerosos em perder futuros votos, postura esta que inviabiliza a persecução de “ações firmes” e corretivas;

7) proliferação de organizações estatais como resultado de estratégias de apaziguamento e dedicação ao auto interesse por parte dos administradores públicos. Desenvolvem-se assim burocracias “indefinidas” que frequentemente não conseguem cumprir os objetivos para as quais estavam originalmente desenhadas;

8) imobilismo do Estado, cada vez menos capaz de proporcionar uma administração firme e efetiva, uma vez que tem de enfrentar, por exemplo, os custos ascendentes de seus programas. Os gastos públicos se tornam excessivos e a inflação se apresenta como um dos sintomas do problema;

9) intervenção excessiva do Estado, o qual, à medida que se expande, limita progressivamente a esfera da iniciativa individual, reduzindo os espaços para o empreendimento livre e privado;

10) necessidade de uma liderança política firme e decidida, menos sensível às pressões e demandas democráticas, como forma de romper o círculo vicioso derivado dessa dinâmica política acima descrita.¹¹

Desde que surgiram, essas análises foram não por acaso muito influentes nos círculos político-partidários e muito debatidas nos meios de comunicação dos países capitalistas desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos. Sua recepção e difusão não se deveu exclusivamente à coerência de seus argumentos e à capacidade de expressar as percepções e os anseios de uma sociedade em crise, mas contou também com uma extensa

¹¹ Ainda que de modo conjectural, vale destacar a retomada de argumentos semelhantes na abundante produção recente sobre a “morte das democracias”. A concepção de que as instituições democrático-liberais, consideradas salvaguarda da vida pública, tem seu vigor e funcionamento abalado pela emergência política das massas, acalentando populismos à direita e à esquerda do espectro político, aponta para a reiteração, conquanto revigorada, de uma linhagem elitista presente em diferentes etapas históricas do liberalismo.

e consistente rede de ações e influências capaz de atualizar os mecanismos sociais de direção intelectual e moral da sociedade norte-americana.

Além de contar com um numeroso grupo de intelectuais, escritores, jornalistas, acadêmicos e políticos profissionais, dentre os quais se destacaram Irving Kristol, Daniel Bell, Samuel Huntington, Nathan Glazer, Norman Podhoretz e Midget Decter, esse “círculo áulico dos teóricos conservadores” (BORON, 2003, p. 160-165) dispunha ainda de amplo acesso aos meios de comunicação de massa como periódicos acadêmicos, revistas populares, rede de jornais, emissores de rádio e estações de televisão, e suas contribuições teóricas foram acolhidas e propagadas por *think tanks*¹² poderosos e influentes como a Rand Corporation, o Hudson Institute, o Institute for Contemporary Studies de San Francisco, a Heritage Foundation, o Center for Strategic and International Studies da Universidade de Georgetown, a Hoover’s Intitution on World Revolution an Peace da Universidade de Stanford e, um dos mais importantes, o American Enterprise Institute.

Além de contar com sofisticados e influentes aparelhos privados de hegemonia, o pensamento neoconservador foi capaz de projetar e difundir seus diagnósticos e ideais de forma eficaz e consistente na sociedade norte-americana também pela virtude de propor uma defesa do capitalismo monopolista e de seu projeto hegemônico em termos concretos e reais, vale dizer, de oferecer uma resposta conservadora à crise geral do capitalismo, alternativa esta que expressava os anseios do capital norte-americano em atenuar os efeitos negativos da conjuntura econômica e política.

O êxito do pensamento neoconservador em fundar as novas bases de hegemonia do capitalismo monopolista repousou na sua articulação e organicidade com os interesses das frações superiores das classes capitalistas, com as camadas médias e segmentos populares suscetíveis a seus diagnósticos da crise. Concretamente, o neoconservadorismo expressou-se na cena política norte-americana contrário à ameaça ao *status quo* representada pelos programas do presidente democrata Lyndon Johnson (1963 – 1969) para a eliminação da pobreza e da desigualdade racial, influenciados pelas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, pela oposição à Guerra do Vietnã, pela igualdade de gênero e pela política de cotas e ações afirmativas. A crescente mobilização estudantil, *Black Power* e feminista, alertou as tendências conservadoras da sociedade para o descontrole social que

¹² Em livre tradução: “Tanques de pensamento”. Sobre os *Think Tanks* conferir artigo de Reginaldo Carmelo Correia de Moraes em CRUZ, KAISEL e CODAS (2015, p. 231-246).

as demandas igualitaristas poderiam gerar. Ao lado de visões incrédulas sobre a democracia e a mudança social, forjou-se uma aposta conservadora na *política da ameaça* contra a política da oportunidade. Como bem observou Lacerda (2019, p. 22-23), os intelectuais conservadores, antes vinculados à direita do Partido Democrata, migraram para o Partido Republicano e associaram-se à direita secular e à direita cristã, ressignificando o arranjo de forças sociais e políticas conservadoras na sociedade norte-americana. Esse estreitamento de laços ideológicos teria se dado pela aproximação entre a agenda interna de valores morais tradicionais (priorizada pela nova direita secular e pela direita cristã), a luta contra o comunismo, Israel e a política externa (valorizada pelos intelectuais conservadores), e a defesa da não intervenção do Estado na economia (princípio comum aos integrantes da aliança conservadora).

Ao tentar propor uma resposta global e coerente, a nova frente conservadora precisava conciliar a “existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal” (BORON, 2003, p. 179), tarefa essa difícil de se realizar em uma sociedade historicamente enredada na trama do liberalismo clássico e cujas condições histórico-concretas favoreceram, pelo menos até a crise do *Welfare State* nos anos 1970, certa identidade precária entre o capitalismo e a democracia, genuinamente expressa no liberalismo de “Os Federalistas”¹³. Ainda que o discurso político, mesmo após o New Deal na década de 1930, fosse capaz de garantir a legitimidade dos governos intervencionistas e de uma estrutura econômica oligopolística, reproduzindo a matriz ideológica originária do capitalismo norte-americano, não seria possível evitar a crise de legitimidade – fundamentada concretamente na explicitação das contradições promovidas pelas mudanças do regime de acumulação de capital –, que se projetava por trás da progressiva obsolescência da ideologia liberal clássica.

Já na década de 1960, portanto, viria a florescer o debate a respeito da crise do liberalismo, somado à disfuncionalidade da democracia representativa, da ineficácia do

¹³ A matriz ideológica fundamental do capitalismo norte-americano, forjada ideologicamente para preservar os interesses de proprietários de terras e de escravos, se assentava originalmente sobre uma nação de *farmers* e empresários, em um enorme território praticamente vazio e com recursos naturais ilimitados; baseava-se ainda em uma tradição de tolerância religiosa e política própria de suas origens nacionais e garantida no texto constitucional; contava ainda com uma estrutura governamental mínima, reforçada pela inexistência prévia de burocracias sólidas como na experiência europeia. Daí o culto liberal norte-americano da preeminência absoluta da sociedade civil sobre o Estado (Cf. capítulo IV “Eram liberais a Inglaterra e os Estados Unidos no século XVIII e XIX?”, em LOSURDO, 2006).

planejamento a longo prazo da economia capitalista e da falência fiscal do Estado ao tentar redistribuir socialmente os frutos do crescimento econômico. Os intelectuais orgânicos dessa frente política neoliberal perceberam claramente as ameaças presentes nessa situação e, ao se debruçaram sobre essas questões, destacaram os assuntos ligados à ideologia e à cultura e defenderam a importância de se preservar os núcleos tradicionais de socialização política como a família, a igreja e a escola¹⁴. Propunha-se, efetivamente, uma rearticulação entre as transformações da base material e cultural e um liberalismo ressignificado, isto é, “[...] uma nova fórmula que [conciliasse] a perplexa existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal [...]” (BORON, 2003, p. 179), capaz de oferecer ao grande capital uma legitimidade um tanto recalcitrante como era de se esperar em um dos berços do liberalismo clássico.

Por esse motivo, e diante da magnitude dos desafios a se enfrentar, o “novo” liberalismo parece muitas vezes contrariar seus pressupostos clássicos; em certa medida, reivindica a preeminência do Estado sobre a esfera privada, o que tem dificultado e confundido a apreensão de sua nova forma histórica. Se, por um lado, o capitalismo se caracteriza originalmente como uma forma social baseada na dissociação relativa entre a esfera econômica e a esfera política – dimensão objetiva captada e teorizada pelo pensamento liberal clássico –, separação esta consubstanciada na “privatização do poder político” como bem nos advertiu Ellen Wood (2006), por outro, o neoliberalismo (ou neoconservadorismo) aposta em grande medida em uma reaproximação entre as duas esferas. Trata-se de um projeto de *estatalização do poder político privatizado*, no sentido de se reconhecer o Estado e a esfera pública, incluindo aqui as políticas sociais, como entes privados, atribuindo-lhes uma racionalidade empresarial já impregnada na individualidade do sujeito social.

Como bem destacaram Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 181-182), o neoliberalismo busca fazer “das relações econômicas internas ao jogo do mercado o fundamento de ‘toda a sociedade’”; pretende que as “regras jurídicas se [identifiquem] com

¹⁴ A incompatibilidade entre os princípios liberais e as formas monopolísticas da economia e da política mundial leva o neoconservadorismo a tentar encontrá-los e reforça-los nas dimensões morais da vida social. Não por acaso a família, a escola e a igreja se fortalecem enquanto espaços de sociabilidade privada à medida que se comprime a esfera pública e se encolhe o âmbito de cobertura dos serviços estatais de seguridade social. Para uma análise detalhada do papel dos aspectos morais presentes na relação entre neoconservadorismo e o neoliberalismo, conferir os trabalhos de Melinda Cooper, Wendy Brown e, no Brasil, Flávia Biroli.

as regras do direito privado e penal (em especial as do direito comercial), que são oriundas de um processo inconsciente de seleção”; e, coroando os dois pontos anteriores, avaliam que

[...] o Estado deve aplicar a si mesmo as regras do direito privado, o que significa que não só ele tem de se considerar igual a qualquer pessoa privada, como também deve se impor, em sua própria atividade legislativa, a promulgação de leis fiéis à lógica desse mesmo direito privado (DARDOT e LAVAL, 2016. P. 182)

Trata-se, portanto, de algo muito distante de uma mera “reafirmação” dos princípios da velha tradição liberal. Daí considerarmos que seu discurso justificatório seja inerentemente conservador, embora também o conservadorismo tenha se ressignificado para compatibilizar-se com os interesses monopolistas na atual fase do capitalismo corporativo global.

2. A ofensiva ideológica neoconservadora e suas ideias-força

Uma das condições fundamentais para que uma nova hegemonia se consolide em qualquer sociedade é sua capacidade de se transformar em “partido”, processo no qual certa ideologia, gestada em um período precedente de lutas e enfrentamentos,

[...] tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2007. P. 41)

O poder de Estado, nesse processo, aparece como o *locus* privilegiado de irradiação dessa universalidade assumida pela “ideologia-partido”:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (IDEM. P. 41-42)

A formação e superação de *equilíbrios instáveis*, de que nos fala o intelectual sardenho, dentro desse quadro hegemônico neoliberal-conservantista tem se transmutado, no Brasil, em um conflito redistributivo de classes que atenta insistente e sistematicamente, governo após governo, contra o arcabouço institucional-legal do Estado Social tardio, previsto na Constituição Federal de 1988 (FAGNANI, 2019 e BOITO JR., 2018).

Nesse sentido, as ideias-força do pensamento neoconservador, conquanto já arraigadas ao projeto político do primeiro presidente sufragado nas urnas em 1989, após mais de vinte anos de um regime de exceção, ganhariam notória projeção no Brasil apenas com a ascensão ao poder do candidato do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), em 1994. Desde esse momento, o pensamento neoconservador foi capaz de dotar a direita política de argumentos coerentes e persuasivos, suscetíveis de serem disseminados por todos os interstícios da sociedade (CASIMIRO, 2018). A reafirmação da sociedade burguesa adquire um tom apologético na programação midiática da grande imprensa, associada aos interesses financeiros monopolistas. A extraordinária difusão das formulações pró-mercado aproveita-se da crise integral da sociedade brasileira, atordoada ainda pelo processo de transição à democracia e pela persistente crise econômica e financeira, para estabelecer amplas composições políticas entre classes e frações do capital, camadas médias frustradas e desiludidas e setores expressivos dos trabalhadores (SAES, 2001). Apesar dos limites encontrados pelos teóricos neoconservadores em oferecer uma resposta global e coerente à crise do capitalismo dependente brasileiro, o discurso justificatório ao redor da agenda de reformas neoliberais obteve êxito significativo ao enraizar-se como perspectiva filosófica global dentro do Palácio do Planalto. Vale ressaltar que cada um dos governos e frentes políticas neoliberais que se sucederam na república brasileira desde então, ora aprofundaram ora amenizaram os conteúdos específicos da ideologia neoconservadora, convenientemente às conjunturas sociais enfrentadas.

De qualquer forma, o diagnóstico central à ideologia neoconservadora é a constatação de uma crise política profunda que assola o mundo ocidental e que se expressa na *perda de legitimidade dos regimes democráticos e de suas classes políticas dirigentes*. Vive-se uma época de instabilidades sociais e conflitos políticos que ameaçam solapar a herança civilizatória liberal. Uma crise orgânica de autoridade tem minado paulatinamente a viabilidade da

ordem societal burguesa, a exigir em contrapartida uma resposta célere e eficaz de resgate desse legado civilizacional.

Diferentemente das leituras feitas à esquerda do espectro político, o neoconservadorismo rejeita a atribuição dessa crise a problemas e deficiências presentes na estrutura produtiva capitalista. Tampouco a institucionalidade econômica seria a responsável pelo atual estado crítico. Nem mesmo as alegadas fraquezas e capitulações das elites políticas, encarregadas de manipular o aparelho estatal, poderiam ser responsabilizadas, já que a crise tem tamanha dimensão que somente incompetências não a explicariam. A conclusão é límpida: trata-se primordialmente de uma *crise moral e cultural*, resultante do rompimento de um consenso ético-político voltado à construção de uma sociabilidade burguesa harmoniosa. O niilismo corrente e a crítica irresponsável teriam minado esse patrimônio cultural. A perversão da moralidade e dos costumes tradicionais são os fundamentos da crise crônica que afeta progressiva e destrutivamente o núcleo ideológico de sustentação da sociedade capitalista. Por subestimar óbices econômicos ou questões de legitimidade política como causas da crise de hegemonia, a interpretação neoconservadora assenta-se sobre a vigência de uma cultura adversária, eminentemente subversiva e contrária a todos os valores, crenças e rotinas da sociedade burguesa. Seus vilões são os responsáveis pela doença cultural que abala o delicado equilíbrio psicocultural das classes subalternas. Mais especificamente,

trata-se de intelectuais, vinculados todos à “indústria do conhecimento” e ao complexo “universidade-governo-meios de comunicação”, de atitudes e valores liberais e secularizados, economicamente prósperos, indiferentes ou abertamente hostis às instituições tais como a família tradicional e a religião, possuidores de estudos de pós-graduação e de poder cultural, verdadeiros niilistas, cuja bagagem ideológica é intrinsecamente antagônica aos da grande massa da população [...]. (BORON, 2003. P. 168).

Daí, portanto, a detecção por parte dos neoconservadores da base social da cultura adversária residir no crescimento do *establishment* universitário e dos meios de comunicação, bem como na expansão da burocracia civil estatal, responsável por incluir silenciosamente elementos socializantes na economia de mercado.

Se a crise de legitimidade política é causada pela subversão cultural dos valores dominantes, a ascensão da cultura adversária é, por sua vez, o resultado de um *excesso de democracia patrocinado pela instrumentalização do Estado* a fim de atender a inconsequentes

demandas populares. O sufocamento do Estado pelo crescimento das demandas sociais levaria à paralisia fiscal e a incapacidade de satisfazer às reivindicações populares motivaria sua deslegitimação. Segundo os ideólogos neoconservadores, destacadamente Samuel Huntington¹⁵, as mobilizações populares na década de 1960, impulsionadas pelas bandeiras do igualitarismo e da participação política, levaram a sociedade civil a abandonar seu conformismo e sua passividade habituais, ocasionando um inchaço nas atividades governamentais concomitantemente à perda de autoridade governamental. A crise de governabilidade das democracias liberais a partir dos anos 1970 seria expressão da sobrecarga do Estado, comprometido em termos fiscais pelo excesso de demandas provocado pela ampliação da participação política.

Nesse ponto, uma leitura tocquevilleana da modernidade burguesa é convidativa (TOCQUEVILLE, 2010; RENAULT, 2004, p. 25-38). A pulsão igualitarista que acompanha o avanço das liberdades democráticas representa uma ameaça à própria democracia. A necessária moderação dos anseios populares só seria alcançada se neutralizada a influência dissolvente exercida pela cultura adversária, os intelectuais niilistas, cujas pregações demagógicas e atitudes populistas têm provocado as revoltas populares urbanas. A sobrevivência do regime democrático dependeria, portanto, da moderação, desmobilização e apatia políticas.

Reconhecidas as causas e os agentes da crise sistêmica contemporânea, trata-se agora de delinear estratégias claras de ação política, ainda que genéricas, que possam ser incorporadas ao senso comum em situações de crise. Em termos gerais, tais estratégias contemplam os elementos que se seguem.

Busca-se, em primeiro lugar, promover uma *reafirmação da autoridade e proteção ao governo*. A crise de legitimidade deve ser contra-arrestada com a recuperação da racionalidade e eficácia da ação governamental, cuja autoridade é condição para o exercício da liberdade (de mercado). Uma nova configuração das relações entre o Estado e a sociedade civil é fundamental para regular e limitar as demandas que possam vir a ser atendidas pelo poder

¹⁵ Samuel Huntington, acadêmico associado à Universidade de Harvard, foi um dos mais destacados intelectuais a contribuir com o desenvolvimento da perspectiva teórica neoconservadora. Criticou inicialmente o otimismo liberal em torno das relações entre economia e política, plasmado na noção de “desenvolvimento político”, em voga no final da década de 1960. Voltou-se em seguida para questões que afligiam a democracia no capitalismo avançado, cujas teses pessimistas nortearam o famigerado informe da Comissão Trilateral sobre a crise das democracias. Huntington é mais conhecido no Brasil por sua obra “O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial” de 1997.

público. Muitas delas podem e devem ser resolvidas à margem da ação governamental, via relações de mercado. Ao Estado cabe garantir a ordem dentro da qual tais relações possam aflorar. Há aqui uma certa premissa hobessiana que busca a submissão da sociedade civil às imposições do Estado, fetichizado como sustentáculo autoritário e exclusivo da ordem. O reforço da autoridade nos diversos níveis (governo, família, empresa, etc) é, com efeito, condição para a reestruturação de um novo sistema social hegemônico, na mesma medida em que é preciso reduzir ao mínimo as pressões sobre o poder público. Segundo essa concepção, toda mobilização da sociedade civil equivale a desafiar a autoridade suprema do Estado, e consequentemente, a provocar a erosão de sua legitimidade. Trata-se, enfim, de reforçar as autoridades e “isolar” progressivamente o Estado, frente a uma sociedade civil “disciplinada”; uma nova articulação, portanto, entre o poder estatal e a sociedade civil, bem distinta daquela promovida pelo Estado keynesiano.

Há aqui uma ponderação a se fazer. O consenso neoconservador a respeito da redução drástica dos gastos fiscais provenientes das diversas atividades e aparelhos estatais, a contrapor-se ao intervencionismo governamental na área social, pode sugerir equivocadamente a defesa de uma destruição sistemática do *Welfare State*. Pretende-se antes racionalizar (leia-se: fortalecer) sua atuação, conservando programas e agências governamentais comprovadamente eficazes na tarefa de controlar ou neutralizar possíveis pressões desestabilizadoras. Nessa reconfiguração poder estatal / sociedade civil, quaisquer projetos assistencialistas que envolvam a iniciativa estatal pública deverão se submeter a uma estrita avaliação de sua conveniência política, seus possíveis impactos sobre tendências igualitaristas desenfreadas ou sua utilidade, seja para incentivar a mobilização de certa clientela social ou conter suposta influência da cultura adversária sobre a sociedade.

Mesmo porque uma gama extensa de iniciativas governamentais não podem ser canceladas, urge traçar uma estratégia de proteção à autoridade governamental, dispersando a responsabilidade por seus eventuais fracassos entre os entes federativos (união, estados e municípios), bem como desobstruindo a esfera mercantil das restrições geradas por todo e qualquer intervencionismo “socializante” que perturbem seu “correto” funcionamento, enquanto agente da destinação dos recursos escassos e bastião inexpugnável das liberdades democráticas. Pelo seu anonimato e impessoalidade, ninguém poderá culpá-lo por suas fragilidades e eventuais fracassos, como ocorrera aos governos.

Em segundo lugar, contra a cultura adversária e seus ideólogos, sejam eles liberais ou radicalizados, deve ser travada uma guerra sem tréguas, que visa *associar descriteriosamente (e combater) qualquer manifestação de pensamento crítico com práticas e valores considerados antitéticos ao estilo de vida burguês*. Posicionamentos críticos à pobreza urbana e rural, às mazelas da segurança pública e manifestações de repúdio a crimes ambientais são considerados antipatrióticos; programas sociais, quaisquer que sejam, são tachados de “socialistas”; questionamentos incisivos a desmesurados gastos governamentais com marketing governamental são denunciados como forma de consentimento ao comunismo latino-americano, e assim sucessivamente.

Quanto ao grosso das camadas populares, prevê-se, em terceiro lugar, uma concomitante *reversão de suas expectativas quanto aos direitos sociais e às prerrogativas de uma cidadania ativa e participativa*. Para tanto, deve-se reafirmar, ao lado da pregação mercadológica, as virtudes e os valores tradicionais da religião e da família, exímias justificativas piedosas e estoicas para enfrentar os inevitáveis reveses da implantação da agenda neoliberal.

E, por último, a estratégia de ação neoconservadora prescreve a unidade nacional, a lealdade e a disciplina para assumir responsabilidades em um mundo cada vez mais agressivo aos valores e às rotinas do mercado, da família e da autoridade política. Esse novo projeto hegemônico constrói imaginativamente um inimigo tipo “Guerra Fria”, não admitindo concessões ao adversário tampouco moderação política que possam ameaçar os cânones da sociedade burguesa “restaurada”. Em sua versão mais grotesca, o neoconservadorismo não titubeia em adotar uma postura beligerante e contenciosa, mesmo que ela se restrinja ao discurso político infundado.

Considerações Finais

Retomemos brevemente as ideias-força que alimentam os diagnósticos e as linhas gerais de ação desenvolvidas pelo movimento intelectual e político neoconservador. A avaliação de uma fragilidade crônica que afeta as democracias liberais e suas classes dirigentes é tese primeva da visão de mundo neoconservadora. A crise de legitimidade daí resultante se deve à subversão moral e cultural promovida por intelectuais, acadêmicos e educadores adeptos de valores ético-liberais secularizados. As instituições e os aparelhos estatais, ao buscarem a acomodação entre diferentes interesses de classes e suas frações,

estimulam as pressões igualitaristas e participativas dos segmentos populares mobilizados por um ideário crítico e questionador dos valores tradicionais e das hierarquias “naturais”. Segue-se dessas constatações, a necessidade de se adotar uma postura política de teor autoritário, militarista e punitivista. Como bem sintetizou Lacerda (2019, p. 58):

O eixo da linguagem neoconservadora é a ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal. A peculiaridade do ideário neoconservador reside no foco que tem em relação às questões sexuais e reprodutivas. A defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferece laços sociais sólidos que visam a compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais. O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero seria necessário, também, para que as pessoas não dependessem de políticas públicas. Além da família, outro tratamento dado à pobreza, na linguagem neoliberal e neoconservadora, seria o rigor penal.

Consideradas adequadamente as ideias-força do que chamamos até aqui de diagnósticos e estratégias de ação do movimento intelectual e político neoconservador, é impossível não observar uma forma circular na estruturação de seu ideário. A crise de legitimidade política é gerada por uma cultura adversária, que é, por sua vez, alimentada por um Estado perdulário, o qual, ao fim e ao cabo, é o impulsionador da ilegitimidade política, da rejeição dos valores tradicionais e das hierarquias naturais, as quais estimulam o niilismo de intelectuais liberais e secularizados, que pressionam o poder estatal por maior participação política e reconhecimento de seus direitos, minando a legitimidade política...

Nesse quadro sistêmico de crise por que passa a civilização ocidental, o poder estatal, a autoridade e a cultura, todos em profunda crise, se retroalimentam e justificam ações e comportamentos que pretendem resgatá-los dessa situação anômica: controle pela reafirmação da autoridade pública e privada, combate impenitente das concepções e posições discordantes e recuperação fiscal do Estado pela ofensiva contra os direitos sociais.¹⁶

¹⁶ A emergência do neoconservadorismo nas últimas três décadas, seus diagnósticos da realidade e suas estratégias de ação tem se valido daquilo que o filósofo italiano Domenico Losurdo denominou de *bonapartismo soft*, “o regime do nosso tempo” (LOSURDO, 2004, p. 92), o qual “tem no centro um líder, fortalecido pela sua investidura popular de tipo plebiscitário, pelos amplíssimos poderes que exerce e pode estender enormemente com o estado de exceção, pela auréola sagrada que lhe deriva do fato de ser intérprete de uma missão sagrada de liberdade, pela possibilidade de dispor de um gigantesco aparelho propagandístico e de persuasão oculta” (Idem, p. 300).

Esse texto pretendeu explorar os fundamentos que respaldam as leituras contemporâneas neoconservadoras, encontrando-as, em germe, nas teorias do Estado sobrearregado que vicejaram na década de 1970. É importante ressaltar sua ligação orgânica com a tentativa de recomposição do capitalismo monopolista em sua condição de crise estrutural. A persistência desse ideário neoconservador e as diferentes formas que assume nos diversos países da periferia do capitalismo mundial se deve às múltiplas investidas do projeto neoliberal, que, apesar de seus repetidos fracassos, insiste em se perpetuar. Da crise do Estado ao estado (sempiterno) de crise. Este é seu itinerário!

Referências

- BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2018.
- BORON, Atílio A. O neoconservadorismo norte-americano e a crise da tradição liberal. In: BORON, Atílio A. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003. p.151-188.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.
- CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. 1ª ed. São Paulo: boitempo, 2014.
- FAGNANI, Eduardo. *Previdência: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: 2007.
- HARVEY, David. et. al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. 3ª ed. 4ª reimpr. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/UNESP, 2004.

_____. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Hermínia. et. al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

RENAUT, Alan. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 81-91.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Publifolha, 2010.

WOOD, Ellen M. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In: WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-49.